

Conselho Local de Ação Social

Ata nº89

Realizou-se no dia 18 de fevereiro de 2022, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia da Amadora, a octogésima nona sessão plenária do Conselho Local de Ação Social da Amadora.

Participaram na sessão os membros do Núcleo Executivo e parceiros do CLAS (listagem de participantes em anexo).

A sessão foi presencial, no entanto seguiu todas as recomendações de segurança da DGS.

Esta sessão teve como agenda de trabalhos:

- 1) Intervenção na Infância e Juventude no município da Amadora: “Toda a comunidade para proteger uma criança” – Dra. Susana Nogueira da CMA; Dra. Teresa Henriques do ISS – I.P e Dra. Filipa Domingos da SCML – NIJ;
- 2) Emissão de Pareceres às candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência - **Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais:** Santa Casa da Misericórdia da Amadora e Casa dos Aposentados dos Correios e das Telecomunicações;
- 3) Apreciação para votação de ata da sessão plenária de 17 de dezembro de 2021;
- 4) Apresentação para votação do relatório de execução 2021 do PDSS;
- 5) Apresentação do relatório de execução do Sistema de Atendimento e Acompanhamento Integrado 2021;
- 6) Apresentação dos dados de execução de 2021 da CPCJ Amadora;
- 7) Assuntos diversos.

A Sra. Presidente do CLAS, **Dra. Susana Santos Nogueira** iniciou a reunião dando as boas-vindas aos parceiros à primeira sessão plenária do ano. O Dr. Miguel Alves, em representação da SCMA deu também as boas-vindas aos parceiros.

Passou-se de seguida ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Conferência “Toda a comunidade para proteger uma criança”, com o objetivo de refletir sobre a intervenção na infância e juventude no município. A conferência contou a com as intervenções da **Dra. Teresa Henriques** do ISS – I.P, com a **Dra. Filipa Domingos**, da SCML – NIJ Amadora e da **Dra. Susana Santos Nogueira** da CMA.

Foram referidas as competências e missão das várias instituições na área da infância e juventude bem como a estratégia de intervenção na comunidade. Foi também reforçada a necessidade do trabalho conjunto para proteção das crianças e jovens da cidade, dando enfoque ao mote: “Toda a comunidade para proteger uma criança” (apresentação em anexo).

Passou-se de seguida ao ponto da Emissão de Pareceres às candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência - **Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais**. A **Dra. Rute Gonçalves** apresentou ao Plenário as seguintes candidaturas e respetivos Pareceres:

Designação do Projeto	Entidade Promotora	Parecer
Lar Sagrada Família - Eficiência Energética	SCMA	Favorável
Creche S. Francisco de Assis		
Residências da Vila - ERPI		
Lar Santo António - ERPI		
ERPI e Apartamentos autónomos	Casa do Aposentado dos Correios e das Telecomunicações	Favorável

Depois de apresentados aos membros do CLAS os pareceres elaborados pelo N.E. no dia 11 de fevereiro de 2022, procedeu-se à votação dos mesmos tendo sido aprovada por maioria com abstenção do ISS – I.P. a proposta apresentada pelo NE do CLAS. A Sra. Presidente do CLAS, **Dra. Susana Santos Nogueira**, referiu ainda que poderá haver ainda mais pedidos de parecer e que o NE terá de os remeter posteriormente por aos parceiros por e-mail para validação.

Seguidamente, passou-se ao ponto da votação da ata da sessão plenária anterior. Não havendo alterações a assinalar, a ata foi aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida à apresentação do relatório de execução do CLAS 2021. A **Dra. Rute Gonçalves** informou os parceiros sobre a execução de 2021 dos vários planos de ação do PDSS. Seguidamente abriu-se a votação, tendo sido o Relatório de Execução 2021 sido aprovado por unanimidade (apresentação em anexo).

Seguidamente a **Dra. Ana Costa** apresentou o Relatório de Execução do SAAI, com os dados do atendimento social de 2021 (apresentação em anexo).

A este propósito, a **Dra. Rute Julião** da Junta de Freguesia da Mina de Água referiu que a pandemia desorganizou muito as famílias, com o aumento das situações de desemprego. Uma outra questão preocupante é o custo muito elevado das rendas de casa, o que dificulta a autonomização das famílias, mesmo quando as pessoas estão empregadas.

Um outro facto associado à pandemia foi que a população sénior deixou de ir aos vários serviços e respostas da comunidade, notando-se um decréscimo de participação e mobilização dos seniores nas várias áreas. Uma explicação pode ser o facto de muitos idosos terem saído da cidade durante a pandemia para ir para a província e ter permanecido lá. Uma outra hipótese levantada foi que o número de mortes por COVID-19 de idosos possa ter sido elevado.

Reforçando o que já foi dito, a **Dra. Ana Cristina Fernando** da AFID lembrou que as respostas de Centro de Dia foram convertidas em SAD até maio de 2021 para poder dar resposta à situação pandémica. A **Dra. Ana Chão** da SFRAA – Quinta de S. Miguel refere que desde que reabriram a resposta de Centro de Dia ainda não conseguiram ocupar todas as vagas disponíveis.

A Sra. Presidente do CLAS, **Dra. Susana Santos Nogueira**, informou que existem na cidade cerca de 8000 fogos devolutos que poderiam ser reconvertidos para criar mais respostas habitacionais. A autarquia aprovou a Estratégia Local de Habitação que pretende dar resposta a alguns problemas na cidade, no entanto, as respostas não podem ser apenas dadas pelas entidades públicas, as entidades privadas também têm de ser envolvidas.

No que diz respeito às questões ligadas à satisfação das necessidades básicas, foi implementado o Cartão Amadora Solidária (Bens 1ª) e deu-se continuidade ao POAPMC, sendo que em 2022 se fará a transição para os cartões de alimentação em vez dos géneros alimentares.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide, **Sr. António Paulo**, reforçou a importância das questões da habitação e referiu que o Programa Porta 65 deveria ser alargado até aos 45 anos de idade, dada a dificuldade no acesso à habitação a custos acessíveis às famílias.

Seguidamente, a **Dra. Joana Pinto**, Presidente da CPCJ Amadora, passou à apresentação dos dados de execução de 2021:

- Nº de novos processos: 915;
- Nº de processos recebidos: 145;
- Nº de processos transferidos para outras CPCJ: 52;
- Nº de processos instaurados: 1060;
- Nº de processos novos: 895;
- Nº de processos reabertos: 142;
- Processos ativos em janeiro de 2022: 922;
- Volume processual 2021: 1929 processos;
- Nº de arquivamentos por não existir a situação de perigo: 422;
- Pedidos de colaboração (com outras CPCJ): 48
- Entidades sinalizadoras (Top 3): Forças de Segurança (PSP); Escolas; Ministério Público;
- Motivo da sinalização: Exposição a comportamentos de violência doméstica; negligência; maus-tratos psicológicos; absentismo/abandono escolar; jovens que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar;
- Sinalizações por idades (Top 3): 0-5 anos; 6-10 anos; 11-14 anos;
- Freguesias das crianças sinalizadas (Top 3): Águas Livres, Mina de Água; Encosta do Sol.

A **Dra. Joana Pinto** apresentou também alguns dados de execução do Plano Local de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens (apresentação em anexo).

Foi também feita referência às atividades que vão ser desenvolvidas em abril no âmbito do mês da Prevenção dos maus-tratos na infância:

- Realização do Laço Humano – 29 de abril/22 às 10.30H;
- Seminário da CPCJ – 19 de abril/22.

Sem mais assunto, a sessão terminou às 12.00 horas.